



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 28 de março de 2019.

FASUBRA PARTICIPA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA E DEIXA O MINISTRO VÉLEZ RODRÍGUEZ NA CORDA BAMBA

Nesta quarta-feira a FASUBRA participou da audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados que teve como debatedor o ministro da Educação Ricardo Vélez. Foram cinco horas de debate. Inicialmente o ministro apresentou um powerpoint de seis telas, o que chamou de proposta de metas para educação no Brasil. Porém, a “proposta” do ministro Vélez não passou de um conjunto de boas intenções que não responde a realidade da educação. Vélez não trouxe nenhum dado técnico e quando questionado pelos parlamentares, ou não sabia responder ou encaminhava a questão para que um de seus assessores respondesse. Ficou nítido o total despreparo de Ricardo Vélez para coordenar um ministério da importância do MEC. As sucessivas trocas de assessores, demitidos em menos de três meses, mostra a falta de comando na pasta. Durante todo o debate o ministro além de não responder a questões apresentadas pelos parlamentares como: Se cumprirá o PNE; se defende a desvinculação da verba da união para educação; o impacto da reforma da previdência sobre os profissionais da educação; e se é o filósofo Olavo de Carvalho é quem manda no ministério. Chegou a fazer comparações absurdas sobre a violência no Brasil com a Colômbia dos anos 80, sobre a educação pública e a privada. Afirmou que as universidades públicas terão que buscar outras fontes de recurso junto à iniciativa privada, e que defende a implementação da lava jato das universidades. Após o ministro fazer sua apresentação e não responder as questões vários deputados pediram que o ministro entregasse o cargo ao presidente, tamanho o despreparo.

FASUBRA COBRA DO MINISTRO REUNIÃO PARA DISCUTIR A PAUTA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Foi garantido às entidades presentes na audiência uma intervenção de dois minutos. UNE, CNTE e FASUBRA mostraram ao ministro seu total descontentamento com a sua apresentação.

Para a federação, o ministro não tem projeto para as instituições públicas de ensino, em especial aos trabalhadores técnico-administrativos em educação. Cobrou a posição do ministro frente ao congelamento dos investimentos para a educação, o ataque aos trabalhadores das universidades feito pelo governo, por meio das Instruções Normativas, e sua posição frente à reforma da Previdência que atinge professores e técnicos, uma vez que esta reforma diminuirá o quadro de trabalhadores nas universidades e institutos e não haverá reposição dos quadros desses trabalhadores. A FASUBRA encerrou sua fala cobrando do ministro a audiência, já protocolada desde a posse do novo governo para



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

abertura de negociações da pauta de reivindicações. É importante informar que a FASUBRA oficializou o MEC no fim de janeiro e vem reiterando em todos os espaços onde participa a falta de diálogo por parte do ministério com a federação. O ministro também não respondeu as questões apresentadas pela FASUBRA e das outras entidades. Dentro deste contexto, a impressão que fica é que o MEC está à deriva, em uma disputa entre Olavetes X Militares, onde não se sabe qual é a equipe de trabalho, o projeto e o que quer o ministro. A FASUBRA reafirma que é fundamental buscar a unidade com setores da educação, atualizando os projetos para que se faça o embate no Parlamento, mostrando a total incapacidade deste ministro e seu projeto de educação.

A direção da federação reitera a orientação de que as entidades de base busquem, em conjunto com as administrações das instituições, entidades representativas do setor da educação, a construção de audiências públicas para debater a reforma da previdência e sua existência.

Reafirma também a orientação para que as entidades se organizem para realizar panfletagens nos aeroportos, a exemplo do que tem sido feito no DF.

AUDIÊNCIA PÚBLICA - REFORMA DA PREVIDÊNCIA E ECONOMIA NA CDH

A audiência contou com a participação de diversos economistas, representantes do Dieese e professores. Infelizmente, o representante da secretaria de previdência do Ministério da Economia não compareceu.

A síntese da audiência é que a maior parte dos recursos orçamentários que deverão ser economizados, caso a proposta de reforma da previdência apresentada pelo governo seja aprovada, sairão do regime geral e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou seja, do povo brasileiro.

O representante do DIEESE anunciou que a entidade construiu um app que facilita o cálculo da previdência. Importante que seja disponibilizado amplamente para que todos possam comparar o que receberiam segundo as regras atuais, e quanto deverão ganhar caso o projeto do governo vingue.

Segundo ele, a perda será de até 15% para assalariados que recebam acima do mínimo até cinco mínimos.

Outro fator que afetará o valor das aposentadorias será a forma de calculá-la, como explicou o economista. Se hoje quem se aposenta por idade pelo RGPS tem acesso a cerca de 85% da sua média salarial, com a PEC esse percentual cairá para 60%. A proposta também ataca fortemente os valores das pensões, especialmente buscando desvinculá-las do salário mínimo, o que também prejudica os mais pobres.

O Prof. Moreira também avaliou que a PEC 6/2019 retira recursos dos mais pobres, por isso tenderá a causar um impacto negativo econômico duradouro, caso seja aprovada. Citou como exemplo o fato do



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

regime geral movimentar mais recursos que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em cerca de 4.000 cidades, e que o sistema fez o índice de pobreza na terceira idade cair para menos de 10%. Citou, ainda, um estudo do IBGE que detectou que se não fosse o RGPS, o índice de pobreza entre os mais velhos seria de 65%.

Roberto Piscitelli, do Conselho Federal de Economia (Cofecon), criticou as abordagens que analisam o sistema previdenciário pelo aspecto puramente contábil. Para ele, o modelo visa a transferência de renda e objetivos ligados à justiça social e à diminuição da desigualdade, tendo produzido bons resultados, à despeito de necessárias correções.

O Cofecon considera inadmissível que o sistema deixe de ser solidário e sustentado em contribuições de trabalhadores, governo e empregadores. O órgão ainda defende uma revisão nas políticas de renúncias fiscais, anistias e parcelamentos a perder de vista, que também corroem o orçamento da Seguridade. Segundo eles, as renúncias fiscais já alcançam R\$ 400 bilhões. Sem falar nos vazamentos possíveis pelo chamado planejamento tributário e as sonegações, que a Procuradoria da Fazenda calcula que já chegam a R\$ 500 bilhões.

Por fim, o representante do Cofecon também vê como "trágica" a eventual adoção do modelo de capitalização. Piscitelli acrescentou que 91% dos chilenos recebem hoje aposentadorias equivalentes a R\$ 694, o que fez do país o campeão latino-americano no suicídio de idosos.

CENTRAIS: 1º DE MAIO SERÁ O PRÓXIMO DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A PEC 6/19

As centrais sindicais, se reuniram na terça-feira, dia 26, na sede do DIEESE em São Paulo e avaliaram que os atos realizados em todo o país no último dia 22 foi vitorioso. As entidades aprovaram um novo calendário de mobilizações e definiram o 1º de maio como a próxima data de luta nacional contra a reforma da Previdência. Assim como no dia 22 de março, manifestações devem acontecer em todos os estados e também vai destacar o aumento do desemprego no país. As centrais ainda aprovaram o calendário de mobilizações para construir a greve geral, caso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/19 avance na Câmara dos Deputados.

As ações têm o objetivo de mobilizar e esclarecer a população o quanto as trabalhadoras e trabalhadores serão prejudicados com a proposta, caso seja aprovada. A PEC 6/19 suprime direitos previdenciários, constitucionaliza obrigações e altera o sistema de repartição pelo de capitalização. A reforma tem o objetivo de reduzir despesas, não protege os riscos sociais e aumenta as desigualdades.

Abaixo segue o calendário das ações unificadas das centrais na luta contra a reforma da Previdência:



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Dia 3 de abril – lançamento do abaixo assinado contra a reforma da previdência na Pça. Ramos, São Paulo/SP, 10h. Será distribuída a Cartilha e montadas mesas para divulgar a Calculadora da Aposentadoria, do DIEESE;
- Dia 9 de abril – ação conjunta dos dirigentes sindicais junto aos parlamentares no aeroporto de Brasília;
- Dia 26 de abril – greve nacional dos professores, organizar em todo o país a solidariedade à greve;
- Dia 1º de maio – atos unificados em todo o país, em Defesa da Previdência Social e da Aposentadoria.

Com informações das centrais

INFORME DA REUNIÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO PT - CONGRESSO NACIONAL

Comparecimento da direção do Conif que informou sobre os cortes radicais no orçamento das instituições.

Preparação da audiência com o Ministro da Educação à Comissão de Educação no dia 27 de março - além dos temas tradicionais da educação a bancada deverá focar os questionamentos na questão do financiamento, em especial a EC 95 e a proposta de desvinculação de recursos da educação.

Agenda:

- Audiência Pública na Comissão de Educação, no dia 28 de março, às 09h30 para tratar: "Violência nas escolas e medidas preventivas";
- Audiência Pública na Comissão de Cultura, no dia 28 de março, às 10h, para tratar: "A Tradição Alimenta Não Violenta".

AUDIÊNCIA COM O MINISTRO MORO NA CCJ DO SENADO

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, compareceu nesta quarta-feira (27) à CCJ do Senado para apresentar as políticas do Ministério. Iniciou sua fala apresentando um slide tratando das forças tarefas no ministério e sua reestruturação.

Apresentou as apreensões de drogas e destacou a estratégia de erradicar plantações em parceria com o Paraguai. Para tanto, defendeu a cooperação internacional. O país terá mais policiais em países estrangeiros e receberá mais policiais aqui (agentes de ligação). Informou que foi enviado policial brasileiro para obter experiência do setor de imigração dos EUA.



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Defende o modelo de "Fusion Center" inspiração estadunidense, reunindo na região de fronteiras, agentes que atuem na prevenção e repressão a crimes em fronteiras. Foz do Iguaçu será o primeiro local.

Defendeu que haja focalização de políticas de segurança em comunidades mais afetadas pela criminalidade. Segundo ele, está construindo programa que invista em segurança e políticas sociais nesses locais.

Afirmou que tem dinheiro para investir em construção de presídios, mas que não tem engenheiros para executar. Pedirá autorização legislativa para contratar engenheiros.

Sobre o Pacote Anticrimes – enfatizou as novidades: agentes infiltrados, banco nacional de impressões digitais, banco nacional de balística e banco nacional de perfis genéticos.

O banco nacional de perfis genéticos, segundo o ministro, tem poucas amostras pela falta de alimentação do banco, o que fará de forma mais incisiva em sua gestão.

Defendeu o foco no endurecimento para a criminalidade mais grave, novos instrumentos para enfrentar a criminalidade e modificações para dar celeridade à legislação processual penal.

Admitiu a polêmica quanto a legítima defesa. Diz que apenas descreve hipóteses, de acordo com o que já prevê a legislação. O objetivo é atender a reclamação legítima de forças de segurança que sofrem com processos injustos. Admitiu situações de excesso e diz que a proposta trata estritamente de temas facilmente identificados como legítima defesa.

Importante destacarmos contrapontos ao pacote apresentado pelo ministro:

a) traz verdadeiras autorizações para matar, ao legalizar o instrumento da “resistência seguida de morte”, prática que acobertou diversos crimes de grupos de extermínio, responsáveis por diversas denúncias de homicídios não investigados. Diversas normas de polícias pelo Brasil já coíbiam essa prática (RJ, SP, Polícia Federal, entre outras).

b) permite que a própria polícia libere pessoa que mata sob o argumento da legítima defesa, sem consulta ao Judiciário, medida que gerará grande pressão para que policiais não tenham seus excessos apurados e até pessoas poderosas permaneçam impunes do cometimento de crimes. Negros e moradores da periferia, frequentemente vulneráveis a abusos policiais, perderão importante instrumento contra ilegalidades;

c) importa medidas que tem origem no modelo de justiça dos Estados Unidos em que permite a “negociação da pena”, forma de acordo que retira a necessidade de processo e apresentação criteriosa de provas para conceder supostos benefícios a aqueles que ‘colaboram’ com a Justiça. O foco desse modelo não é provar os fatos, mas obter a melhor negociação entre as partes. Num sistema criminal que se volta, sobretudo, contra vulneráveis e beneficia poderosos, podem ser potencializadas as mazelas já observadas no modelo estadunidense (2,3 milhões de presos, onde homens negros são encarcerados quase seis vezes a taxa de homens brancos);



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

d) alimenta as organizações criminosas com medidas que aumentarão o volume de pessoas presas sem recuperação do papel do Estado frente o domínio dessas organizações dentro e fora das prisões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

A Audiência contou com a participação de cidadãs e cidadãos, entidades da sociedade civil, movimentos sociais e diversos parlamentares com atuação em direitos humanos para debater uma agenda comum, de modo a subsidiar o trabalho do colegiado parlamentar no ano de 2019. Foi presidida pelo deputado federal Hélder Salomão, do Estado do Espírito Santo.

O Debate transitou em torno da preocupação conjuntural em que passa o país, em que a violência urbana tem se aviltado crescentemente, seja no feminicídio, seja nos ataques aos defensores de direitos humanos nos grandes centros, culminando com o despreparo do atual governo, invertendo a lógica de direitos.

A representação da FASUBRA se manifestou e apresentou as posições da entidade em defesa das políticas de direitos humanos, principalmente no âmbito das IPE. Afirmou que a contribuição enquanto trabalhadores técnico-administrativos em educação, é a formação do indivíduo, disse também que cabe à categoria o cuidado com as relações humanas na universidade. Os técnico-administrativos que estão na linha de frente na universidade, no contato com o público usuário. São inúmeros indivíduos héteros e LGBTs, formadores e formuladores de política de direitos humanos na Universidade.

Na oportunidade sugeriu que seja prioridade da Comissão de Direitos Humanos o combate à Reforma da Previdência, e que o Parlamento devolva para o presidente da República esta reforma nefasta que destrói direitos básicos conquistados, com a perspectiva de entregar recursos financeiros aos banqueiros.

Foi também solicitado às entidades presentes apoio para o enfrentamento e derrubada das MP 871/19 e MP 873/19, que consolidam a perseguição ao movimento sindical e, por consequência, o movimento social.

AGENDA COM PARLAMENTARES

No dia 26 deste mês, no final da tarde, a representação da FASUBRA, foi recebida pela senadora Zenaide (PROS-RN). Na oportunidade, além da apresentação da FASUBRA como entidade representativa das trabalhadoras e trabalhadores TAE nas IPE, foi também solicitado apoio da parlamentar para a não aprovação da reforma da Previdência e a derrubada da MP 871, que dificulta o acesso dos trabalhadores rurais e pessoas em extrema vulnerabilidade econômica a aposentadoria, e ao BPC; e da MP 873, que contraria a livre organização sindical, quando retira a contribuição consignada dos trabalhadores



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

associados visando com esta medida o estrangulamento financeiro das entidades representativas, em desrespeito ao art. 8º da Constituição Federal, além de buscar também seu apoio às lutas pela manutenção da educação pública no país, fortemente atacada desde a posse do novo governo.

A senadora se mostrou sensível às demandas e se colocou à disposição para a continuidade do diálogo.

No dia 27, a representação da federação foi recebida pelo líder PCdoB, o deputado Daniel Almeida, e as mesmas pautas foram abordadas. O deputado fez um breve resumo de como está o clima no Parlamento e se comprometeu a ajudar na articulação política, com o objetivo de derrotar o governo em sua agenda antidemocrática.

Nas duas ocasiões a FASUBRA se colocou à disposição para trabalhar em conjunto com os mandatos quando os interesses forem convergentes.

REUNIÃO COM LÍDER DO GOVERNO NO SENADO FEDERAL

A FASUBRA sindical solicitou reunião com o senador Fernando Bezerra Coelho, líder do governo no Senado Federal. A entidade foi recebida nesta quarta-feira (27), às 16 horas, pelo chefe de gabinete.

Na reunião foram apresentadas as reivindicações das/dos técnico-administrativos em educação, que engloba a rejeição da reforma da previdência; a não admissibilidade da MP 873 e do decreto 9735 que atacam violentamente os sindicatos; a autonomia universitária; a MP que extingue diversos cargos; a campanha salarial; a cobrança de audiência com o GOVERNO/MEC - já solicitada pela FASUBRA - entre outros assuntos. O chefe de gabinete ficou de encaminhar as demandas ao senador e, posteriormente, será marcado novo encontro.

SUSPENSÃO DO ENCONTRO NACIONAL DA MULHER TRABALHADORA

A Direção da FASUBRA Sindical decidiu suspender todas as atividades temáticas agendadas para os próximos dias, em função da edição MP 873/19, que proíbe o desconto em folha das mensalidades sindicais dos filiados e ataca diretamente a estrutura das entidades sindicais.

Dessa forma, a Coordenação da Mulher Trabalhadora comunica que, apesar do entendimento de que teria que fazer o Encontro de Mulheres em abril pelo protagonismo das mulheres em tantos embates nacionais recentes e a necessidade de fortalecimento da luta, diante da ameaça da MP 873 e do agravamento da situação financeira das entidades de do movimento sindical, ponderou a necessidade de adiamento do evento.



MAR-06

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Na análise da Coordenação, ao realizar o encontro ainda em abril correria o grave risco de o evento ser esvaziado, tanto pela situação financeira das entidades de base, quanto da própria FASUBRA.

A Coordenação da Mulher Trabalhadora orienta as entidades a manterem a centralidade na política macro, com foco contra a reforma da Previdência e também contra a MP 873/19.

Coordenação da Mulher Trabalhadora.

SUSPENSÃO DA REUNIÃO DE ORGANIZAÇÃO DO SEMINÁRIO SOBRE SEGURANÇA NAS IPE

Diante da edição da MP 873/19, está suspensa todas as atividades temáticas que envolvam a FASUBRA, dentre elas, a Reunião de Organização do Seminário sobre Segurança nas IPE, que ocorreria no período de 26 a 28 de abril de 2019, em João Pessoa/PB.

CALENDÁRIO

ABRIL

11	Mulheres contra a reforma da Previdência – DF - Auditório Nereu Ramos, de 9h às 13h
----	---